
PICUM TRIMESTRAL Abril - Junho 2017

[FRONTEIRAS](#)

[NAÇÕES UNIDAS](#)

[DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA](#)

[DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS](#)

[CUIDADOS DE SAÚDE](#)

[EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS](#)

[MULHERES IRREGULARES](#)

[CRIANÇAS IRREGULARES E AS SUAS FAMÍLIAS](#)

[DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO](#)

FRONTEIRAS

UE / MEDITERRÂNEO / Cerca de 2.300 pessoas morrem no mar, o plano de ação da EU para Itália e Mediterrâneo Central e o código de conduta proposto para grupos civis de resgate

De acordo com o Projeto de Migrantes Desaparecidos da Organização Internacional de Migração (OIM), entre 1 de janeiro e 5 de julho de 2017, 2.297 pessoas morreram no mar e 101.266 migrantes e refugiados entraram na Europa pelo mar. Os Ministros do Interior de França, Alemanha e Itália reuniram-se com o Comissário Europeu para a Migração e Assuntos Internos em Paris, a 2 de julho de 2017, para discutir a situação no Mediterrâneo e concordaram num [conjunto de medidas](#). As medidas incluem um código de conduta de busca e resgate para as ONG, apoio adicional para a guarda costeira da Líbia e reforço da estratégia europeia no retorno de migrantes. A Human Rights Watch (HRW) declarou que as medidas "[ficam muito aquém do que é necessário](#)". A Comissão Europeia publicou um "[Plano de ação de medidas para apoiar Itália, reduzir a pressão na rota do Mediterrâneo Central e aumentar a solidariedade](#)", a 4 de julho de 2017. O plano inclui a proposta de um código de conduta para as ONGs envolvidas na busca e salvamento, que Itália deve elaborar, de acordo com a Comissão Europeia, mediante diálogo com as ONGs. As ONGs envolvidas receiam que o código de conduta as possa colocar sob controle das guardas costeiras da Líbia e da Itália e, assim, limitar a sua capacidade para resgatar migrantes. O plano de ação prevê ainda medidas que controlam a migração no Mediterrâneo, incluindo o compromisso da UE e dos estados-membros com a Nigéria e Mali para evitar movimentos em direção à Líbia, acordos de readmissão da UE e acordos práticos com países terceiros, como a Itália, para acelerar os processos de retorno e aumentar a capacidade de locais de detenção. O novo relatório da Anistia Internacional "[Uma Tempestade Perfeita](#)", publicado em julho de 2017, recomenda que os estados-membros e as instituições da UE, incluindo o Frontex, assegurem buscas e resgate adequados, que a guarda costeira da Líbia autorize as operações de busca e salvamento com embarcações civis, incluindo barcos operados pelas ONGs, e que os estados-membros da UE abram rotas seguras e legais para a Europa.

Fontes: International Organization for Migration, [Missing Migrants Project](#), 7 de julho de 2017; [EU Observer](#), 6 de julho de 2017

ROTA DOS Balcãs / RELATÓRIO / Maus tratos e abuso de migrantes na Rota Oeste dos Balcãs

A Oxfam lançou um relatório intitulado “A Dangerous Game” (“Um Jogo Perigoso”) em colaboração com o Centro para os Direitos Humanos de Belgrado (BCHR) e a Associação Macedônia de Jovens Advogados (MYLA) em abril de 2017. Pesquisadores entrevistaram 140 migrantes e refugiados que haviam sido expulsos da Hungria para a Sérvia, da Croácia para a Sérvia, da Sérvia para a Bulgária ou Macedônia, da Bulgária para a Turquia ou da Macedônia para a Grécia. Alguns foram expulsos mais de uma vez. Uma grande maioria veio do Afeganistão, e os outros, do Paquistão, Síria, Iraque, Irã, Egito e Líbano. Todos os 140 migrantes relataram abusos e violações da lei, inclusive contra crianças, por parte de agentes da polícia, de agentes de controle de fronteiras ou de outros agentes da segurança estatal enquanto viajavam ao longo da rota oeste dos Balcãs. Na Hungria, agentes da polícia obrigaram migrantes e refugiados a permanecerem despidos, sentados na neve, enquanto despejavam água fria sobre eles. Na Bulgária, agentes da polícia roubaram todos os pertences aos migrantes antes de os mandarem de volta pela fronteira. As autoridades búlgaras aplicaram choques elétricos. O relatório chama a atenção dos governos da Sérvia, Macedônia, Croácia, Hungria e Bulgária para que parem imediatamente de violar os direitos das pessoas que buscam proteção. Além disso, recomenda que a União Europeia assegure o cumprimento da lei internacional e das normas dos direitos humanos por toda a UE. Leia o relatório completo [aqui](#).

Fontes: [OXFAM](#), 6 de abril de 2017; [epo](#), 6 de abril de 2017; [EURACTIV](#), 6 de abril de 2017

NAÇÕES UNIDAS

NAÇÕES UNIDAS / Detenção, abuso e assédio podem agravar os efeitos da tortura para as vítimas que migram

Pessoas vítimas de tortura que migram enfrentam vulnerabilidades específicas e requerem respostas especiais. A organização United Nations Voluntary Fund for Victims of Torture (Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura) revelou que dois terços das 50.000 vítimas que assiste são migrantes e refugiados. Especialistas das Nações Unidas declaram que os efeitos da tortura são agravados pelas experiências de detenção, xenofobia e assédio contra migrantes e refugiados. Um evento das Nações Unidas sobre tortura e migração, a 28 de abril de 2017, discutiu como atender as necessidades das vítimas de tortura no contexto da migração.

Fonte: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), [Press Release](#), 26 de abril de 2017

NAÇÕES UNIDAS / Especialistas das Nações Unidas incentivam os estados a priorizar os migrantes e refugiados portadores de deficiência no pacto global sobre migração

O Comitê para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes (CMW) e o Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) lançaram uma declaração conjunta, a 12 de abril de 2017, que pede aos países para considerarem os migrantes portadores de deficiência no desenvolvimento do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordeira e Regular. Os Comitês expressaram preocupação com o facto de que muitos países têm carência de processos para identificar migrantes portadores de deficiência e, assim, falham em proporcionar-lhes serviços adequados. A declaração incentiva os estados que estão a desenvolver o Pacto Global a incluir pessoas portadoras de deficiência e organizações na criação, implementação e monitorização da nova estrutura. A declaração está disponível [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

UE / Organizações para os direitos das crianças dão as boas-vindas à nova política da Comissão Europeia para a proteção de crianças migrantes e refugiadas

A Comissão Europeia publicou um comunicado sobre a proteção das crianças migrantes a 12 de abril de 2017. As diretrizes, que indicam ações concretas de proteção a todas as crianças migrantes e refugiadas na Europa, foram acolhidas pelas organizações para os direitos das crianças. O comunicado enumera uma série de ações para as falhas de proteção e necessidades que as crianças enfrentam em todas as fases dos processos de migração, englobando sua identificação, recepção, implementação de medidas de segurança, bem como o estabelecimento de soluções duradouras. Ações direcionadas para

as crianças não documentadas incluem garantir o acesso à educação inclusiva e formal, abrangendo educação e cuidados da primeira infância, e assegurar o acesso atempado a cuidados de saúde, englobando cuidados preventivos, e a outros serviços públicos essenciais. O comunicado também destaca proteções que devem ser aplicadas a todas as crianças presentes no território da União Europeia. O comunicado declara que, em último recurso, as crianças podem ser detidas, mas enfatiza que isso deve ser feito exclusivamente em circunstâncias excepcionais e que é necessário criar uma série de alternativas à detenção administrativa de crianças. O comunicado está disponível [aqui](#). A declaração conjunta de várias organizações para os direitos das crianças e dos migrantes está disponível [aqui](#). O documento "Commission Staff Working Document: Implementing the Action Plan on Unaccompanied Minors (2010-2014)" foi publicado juntamente com o comunicado e está disponível [aqui](#).

CONSELHO EUROPEU / Conclusões focam-se no aumento do controlo da migração

A 23 de junho de 2017, o Conselho Europeu lançou as conclusões sobre a migração, com foco no controle das fronteiras para travar fluxos irregulares de migrantes, na implementação do Acordo UE-Turquia e na reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). A UE vai procurar aumentar a cooperação com países de origem e de passagem, em particular com a Líbia, para controlar as fronteiras. Isso também fará aumentar os esforços na política de retorno e readmissão, por meio de acordos e outras formas de entendimentos práticos com países terceiros. A UE também elaborará uma lista europeia de países terceiros seguros com o intuito de aumentar a cooperação com países terceiros. Medidas como o acordo UE-Turquia e acordos com países terceiros foram amplamente [criticados](#) por grupos de direitos humanos. As conclusões do Conselho estão disponíveis [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

FRANÇA / Violações de direitos fundamentais de migrantes em Calais

O provedor francês dos direitos dos migrantes (Défenseur des droits) declarou, a 14 de Junho, que existem "violações de direitos fundamentais de uma severidade excepcional e sem precedentes" relativamente aos migrantes em Calais e instou o Estado a intervir e garantir-lhes serviços essenciais. Após o desmantelamento do campo de migrantes em Outubro de 2016, não há abrigos disponíveis, facto que afecta particularmente mulheres e crianças. Os migrantes dormem em condições difíceis e são perseguidos pela polícia. As ONGs estão impedidas de prover serviços essenciais como instalações sanitárias, água ou comida.

Fontes: [La Croix](#), 16 de Junho de 2017; [La Croix](#), 14 de Junho de 2017

ALEMANHA / ONGs pedem uma Europa mais aberta e vias regulares para a migração

Um grupo de organizações da sociedade civil alemã apelou ao governo alemão, em documento de tomada de posição conjunta, apresentado em Junho de 2017, para que garanta vias regulares para a migração e combata a xenofobia. O documento pede mais políticas de migração baseadas nos direitos humanos, a adoção de uma perspectiva positiva da migração, orientada para o desenvolvimento, a criação de vias regulares para a migração, melhorias na protecção dos migrantes não documentados, a ratificação de convenções existentes a respeito da protecção de migrantes e a não correlação dos financiamentos de ajuda ao desenvolvimento com controle de migração. O documento de síntese está disponível [aqui](#). Da mesma forma, um grupo de organizações exigiu uma Europa mais aberta a refugiados e migrantes e melhorias no acesso ao direito de asilo num comunicado conjunto, a 19 de Junho, que pode ser consultado [aqui](#).

Fontes: [epo](#), 6 de Junho de 2017; [ProAsyl](#), 20 de Junho de 2016; [EpochTimes](#), 19 de Junho de 2017

IRLANDA / RELATÓRIO / Novo relatório do Parlamento Irlandês recomenda a regularização dos migrantes não documentados

A Comissão Mista da Justiça e Igualdade do Parlamento Irlandês lançou recentemente o seu 'Relatório sobre Imigração, Asilo e a Crise de Refugiados'. O relatório inclui recomendação para introduzir um esquema de regularização para os migrantes não documentados na Irlanda. A proposta de regularização permitiria aos migrantes não documentados vivendo na Irlanda há pelo menos quatro

anos registrar-se para regularização da sua situação. Uma grave limitação penal seria imposta, bem como um período condicional de dois anos durante o qual os candidatos teriam permissão para trabalhar e viajar. Migrantes não documentados com crianças nascidas na Irlanda ou aqueles que tivessem frequentado a escola durante um mínimo de três anos também seriam elegíveis à candidatura ao esquema de regularização. Para ler o relatório, clique [aqui](#).

Fonte: [Migrant Rights Centre Ireland](#) (MRCI), 29 de Junho de 2017

SUÉCIA / Feroz debate sobre a permanência irregular de requerentes cujo direito de asilo foi recusado, após o ataque de Estocolmo

Após o ataque terrorista em Estocolmo, no dia 7 de Abril de 2017, que matou cinco pessoas, emergiu um debate sobre os requerentes de asilo que permanecem irregularmente no país mesmo após o não reconhecimento do direito. Por causa do ataque, um cidadão Uzbeque de 39 anos foi detido. A sua requisição de protecção tinha sido rejeitada em Junho de 2016, mas o requerente permaneceu no país. O Ministro da Administração Interna sueco, Anders Ygeman, declarou que a preparação de material legislativo está já em marcha e incluiria, entre outras medidas, um aumento no financiamento a agências envolvidas nas deportações e , um reforço no controle de locais de trabalho para busca de trabalhadores não documentados. Actualmente, 55% dos requerentes de asilo a quem é negado o estatuto deixam o território dentro do prazo estipulado, sendo estimado que 12.500 dos requerentes não aprovados continuam a residir na Suécia.

Fontes: [Aftonbladet](#), 27 de Abril de 2017; [Svenska Dagbladet](#), 27 de Abril de 2017; [GB](#), 10 de Abril de 2017; [DN](#), 5 de Março de 2017

CUIDADOS DE SAÚDE

INGLATERRA / ESTUDO / Estudo de ONG revela enorme impacto sobre as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde em face da cobrança pelos serviços de cuidados à maternidade

A organização Maternity Action publicou recentemente o estudo intitulado "O Impacto da Cobrança de Cuidados de Maternidade do SNS sobre as Desigualdades no acesso aos cuidados de Saúde" ("The Impact on Health Inequalities of Charging Migrant Women for NHS Maternity Care"). Na Inglaterra, não se podem negar cuidados à maternidade a mulheres que não tenham uma autorização para permanecer no país por prazo indeterminado. Entretanto, podem ser-lhes cobrados posteriormente os valores referentes aos cuidados de saúde. (Ver [Boletim informativo Maternity Action](#)). O Serviço Nacional de Saúde (NHS) pode contactar o Ministério do Interior para pedir informação sobre nacionalidade e estatuto migratório para determinar se alguém deve ou não pagar pelos cuidados à maternidade. O estudo da Maternity Action baseia-se nas avaliações de 32 profissionais sobre como o pagamento dos cuidados à maternidade afecta mulheres migrantes em condições vulneráveis na Inglaterra, com destaque para as mulheres não documentadas. O estudo inclui também informação fornecida por entrevistas a 19 mulheres migrantes a quem foram cobrados pagamentos pelos cuidados recebidos. O estudo mostra que as mulheres elegíveis para pagar os cuidados não têm acesso a benefícios sociais. Essas mulheres têm maior propensão a estar em situação de dependência dos pais e sofrer violência doméstica e exploração sexual ou de outro tipo. Os resultados desse estudo revelam um alto número de casos em que as mulheres migrantes tinham presentemente ou anteriormente experienciado gravidezes complexas do ponto de vista médico. Além disso, os resultados sugerem que os riscos de vir a ser cobrada pelo tratamento ou delatada são obstáculos significativos ao acesso de mulheres não documentadas aos necessários cuidados de saúde, com um risco acrescido de nascimentos precoces e outros resultados adversos. Para ler o relatório completo, clique [aqui](#).

Fonte: [Maternity Action](#), de Março de 2017

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

BÉLGICA / Tribunal belga condena princesas dos Emirados por escravatura moderna

Um tribunal em Bruxelas condenou oito pessoas a 15 meses de penas de prisão suspensas e a uma multa de 165,000€ pelo tráfico de seres humanos e tratamento degradante, referindo que esse era um caso de escravatura moderna. O caso envolveu 23 mulheres empregadas por uma companhia sediada nos Emirados Árabes Unidos (EAU) para trabalhar para as princesas do Estado durante a sua estadia no Hotel Conrad em Bruxelas. A investigação revelou que elas não tinham autorização de residência nem trabalho, trabalhavam por remunerações mínimas ou inexistentes, dia e noite, dormindo juntas num quarto ou em colchões em frente aos quartos das princesas, e não tinham autorização para deixar o hotel. O tribunal concedeu às 23 mulheres uma compensação financeira pelo seu sofrimento emocional e intelectual mas nada pelos salários não pagos.

Fontes: [Le Soir](#), 23 de Junho de 2017; [RTBF](#), 23 de Junho de 2017

REINO UNIDO / Registro da Escravatura Moderna mantém declarações das companhias

A organização Business and Human Rights Resource Centre criou um Registro da Escravatura Moderna para monitorar as declarações das companhias sob a Lei da Escravidão Moderna do Reino Unido. A Lei exige que as companhias a operar no RU com mais de 36m£ de lucro anual declarem a cada ano as medidas tomadas para identificar e erradicar a escravatura e o tráfico humano na sua empresa e cadeia de fornecedores. O Registro contém actualmente mais de 2.000 declarações de domínio público. A pesquisa pode ser feita por companhia, sector ou país e é possível fazer o download dos dados. As declarações podem também ser acedidos em [carrier \(at\) business-humanrights.org](#). Acesse o Registro da Escravatura Moderna [aqui](#).

Fonte: [Business & Human Rights Resource Centre](#), 2017

MULHERES IRREGULARES

UE / UE assina Convenção de Istambul

A UE assinou a Convenção do Conselho Europeu sobre a prevenção e o combate à violência contra mulheres e à violência doméstica a 13 de Junho, também conhecida como 'Convenção de Istambul', local onde foi adoptada. A Convenção constitui o enquadramento jurídico internacional mais abrangente no que diz respeito ao combate à violência contra mulheres e raparigas e à violência doméstica. Ainda que a Convenção tenha sido [assinada por todos os Estados membros da UE](#), 14 ainda têm que a rectificar. A adesão da UE à convenção é, no entanto, [estritamente limitada](#) às áreas de cooperação judicial em assuntos criminais e asilo e non-refoulement. Ainda assim, a assinatura por parte da UE é tida como um forte sinal da importância dos direitos das mulheres e raparigas.

Fontes: [Independent](#), 14 de Junho de 2017, [Council of Europe](#), 13 de Junho de 2017; [Council of Europe](#), 13 de Junho de 2017

CRIANÇAS IRREGULARES E AS SUAS FAMÍLIAS

CONSELHO DA EUROPA / Plano de acção sobre as crianças na migração

O Conselho da Europa publicou o [Plano de Acção do Conselho da Europa para a Protecção dos Refugiados e dos Migrantes na Europa \(2017-2019\)](#). O Plano de Acção baseia-se em um princípio claro: no contexto da migração, as crianças devem ser tratadas, antes de tudo, como crianças. O Plano diz respeito a todas as crianças em migração que chegam ou chegaram ao território de qualquer Estado membro do Conselho da Europa. As atividades concretas propostas são baseadas em leis e padrões do Conselho da Europa que garantem direitos a todas as crianças migrantes, sem discriminação baseada em sua nacionalidade ou status de migração. O Plano de Acção tem três pilares principais: 1) garantir o acesso a direitos e procedimentos favoráveis às crianças; 2) fornecer proteção efetiva; e 3) melhorar a integração das crianças que permaneceriam na Europa. Algumas das ações particularmente relevantes para crianças não documentadas incluem aquelas relacionadas a procedimentos favoráveis às crianças, alternativas à detenção, educação, transição para a idade adulta, avaliação de idade e apatridia.

RELATÓRIO / Convocação para ação para proteger as crianças

O UNICEF também publicou um relatório intitulado "Uma criança é uma criança: proteger as crianças em movimento contra violência, abuso e exploração". '[A Child is a Child: Protecting children on the move from violence, abuse and exploitation](#)'. O relatório exige uma ação urgente, descobrindo que é alarmante o número de crianças que estão se movendo sozinhas sem percursos seguros e regulares. As crianças muitas vezes são esquecidas pela política de migração, e as duras políticas de aplicação da lei na fronteira deixam as crianças no limbo e intensificam seu risco de exploração. O plano de seis pontos do UNICEF para manter as crianças refugiadas e migrantes seguras é (1) proteger as crianças contra a exploração e a violência, (2) acabar com a detenção criando alternativas práticas, (3) manter as famílias unidas e conceder o status de residência às crianças, (4) ajudar as crianças a permanecerem saudáveis e na escola, (5) pressionar para agir contra as causas que arruinam as crianças (6) combate à xenofobia e à discriminação. O relatório completo está disponível [aqui](#).

REINO UNIDO / Pais foram aconselhados a não compartilhar a nacionalidade e o local de nascimento da criança no recenseamento escolar

A União Nacional de Professores - National Union of Teachers (NUT) suspeita que a informação sobre a nacionalidade infantil e o país de nascimento coletado para a Base Nacional de Dados sobre Alunos (National Pupil Database) possa ser usada para impor leis de imigração e pede aos pais que não revelem esses detalhes. Há receios de que essa informação possa ser transmitida pelo Departamento de Educação para a polícia e para o Ministério do Interior, encarregado da aplicação da lei da imigração. O Departamento de Educação, no entanto, assegurou que a nacionalidade e as informações sobre o país de nascimento são exclusivamente para uso do Departamento de Educação e não serão compartilhadas. Os pais não são legalmente obrigados a fornecer essa informação, mas as escolas devem solicitá-la.

Fonte: [The Guardian](#), 17 April 2017

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

FRANÇA / RELATÓRIO / Novos dados sobre detenção de imigração na França e petição para acabar com a detenção de crianças migrantes

Um grupo de cinco ONGs francesas publicou seu relatório anual sobre a detenção de imigração na França para 2016. Denunciam um uso maciço e abusivo da detenção, inclusive para crianças, práticas abusivas de deportações, incluindo discriminação contra algumas nacionalidades, e a falta de alternativas para acampamentos ou detenção para pessoas que procuram proteção. Em 2016, cerca de 50 mil pessoas foram detidas na França, incluindo 4.285 crianças no departamento de Mayotte. Leia o relatório completo [aqui](#). Enquanto isso, um grupo de organizações francesas lançou uma petição solicitando um compromisso do novo presidente francês, Emmanuel Macron, para acabar com a detenção das crianças migrantes. Em 2016, 182 crianças foram detidas em centros de detenção administrativa na França continental e 4.285 crianças foram detidas em Mayotte. A petição está disponível [aqui](#).

ARJM / Detenção de migrantes na Antiga República Iugoslava da Macedônia

O "Global Detention Project" (GDP) divulgou um perfil de detenção para a Antiga República Iugoslava da Macedônia (ARJM) em junho de 2017. ARJM é considerada um país transitório chave para migrantes que atravessam a rota dos Balcãs ocidentais. Em 2015, o governo declarou estado de emergência, que foi estendido em 2016, mesmo ano em que a rota dos Balcãs foi fechada e cerca de 1.200 migrantes e requerentes de asilo foram interditados na Macedônia. De acordo com o documento, o centro de detenção especializado de Gazi Baba detinha cinco vezes mais pessoas do que a sua suposta capacidade. O número diminuiu para até menos de 400 em 2016, após a introdução de um "corredor humanitário" em agosto de 2015. De acordo com a lei nacional, uma pessoa pode ser detida por até 24 horas de modo a permitir os procedimentos de controlo fronteiriços e, se houver razões a impedir a deportação de um indivíduo, essa pessoa poderá ser detida por até 12 meses. Não há disposições legais proibindo a detenção de crianças. Para baixar o perfil de detenção de migrante, clique [aqui](#).

ALEMANHA / PAÍSES BAIXOS / Organizações apelam para o fim imediato da deportação de pessoas vulneráveis para o Afeganistão

Um grupo de ONGs holandesas uniram forças para publicar uma declaração clamando pelo fim da deportação de pessoas vulneráveis para o Afeganistão. A declaração destaca a situação de segurança instável no Afeganistão e o aumento acentuado no número de crianças entre as vítimas. As ONGs expressam a sua preocupação em face do acordo de outubro de 2016 entre a União Europeia e o governo Afegão, o “Joint Way Forward”, que prevê um aumento de deportações de nacionais afegãos. De acordo com reportagens dos meios de comunicação alemães, neste momento foram concedidos asilo na Alemanha a menos da metade dos requerentes de asilo provenientes do Afeganistão. Em 2015, 77,6% das solicitações para asilo foram concedidas; em 2016, foram apenas 60,5%. Organizações alemãs, como Pro Asyl, apelaram para o fim dos voos coletivos de deportação para o Afeganistão.

Fontes: [Amnesty International](#), 24 de abril de 2017; [Tagesschau](#), 24 de abril de 2017; [Spiegel ONLINE](#), 24 de abril de 2017; [Passauer Neue Presse](#), 24 de abril de 2017

RELATÓRIO / Crianças migrantes em detenção sob risco de tortura

O relatório '[Protegendo Crianças contra Tortura na Detenção: Soluções Globais para um Problema Global](#)' consiste na compilação de mais de 30 artigos escritos por diversos peritos sobre a privação da liberdade das crianças e a proteção de crianças em detenção em face da tortura. O relatório, publicado pelo Centro para Direitos Humanos e a Iniciativa do Direito Humanitário Antitortura e pela Faculdade de Direito da Universidade americana de Washington, aborda a situação de detenção de crianças migrantes. A publicação nota que, embora os Estados detenham cada vez mais crianças por motivos de controlo migratório, isso nunca é feito no melhor interesse da criança e as expõem ao risco de tortura e tratamento cruel, desumano e degradante. A publicação exorta os Estados a porem um fim à detenção infantil e, em vez disso, a estabelecerem alternativas que respeitem o bem-estar das crianças. Para ler a publicação, clique [aqui](#).

RELATÓRIO / Protegendo pessoas apátridas de detenções arbitrárias

A “European Network on Statelessness” (ENS) lançou um novo relatório intitulado ‘Protegendo Pessoas Apátridas da Detenção Arbitrária: Uma Agenda para a Mudança’ em 2017. O relatório é a publicação final de um projeto de três anos dedicado a melhor compreender a extensão e as consequências da detenção de pessoas apátridas na Europa e a criar ferramentas e defender a proteção de pessoas apátridas da detenção arbitrária mediante a aplicação de normas regionais e internacionais. O relatório destaca o risco específico de as pessoas apátridas sofrerem detenções ilícitas, prolongadas e arbitrárias devido ao fato de viverem no limbo e está disponível [aqui](#). A “European Network on Statelessness” (ENS) também publicou uma declaração incluindo as suas exigências principais, que pode ser assinada pelas pessoas e está disponível [aqui](#).

ESPANHA / CAMPANHA / Nova campanha para o fim dos centros de detenção de migrantes

O SOS Racismo Madrid lançou uma nova campanha, ‘Imagina-te’, apelando para o fim dos centros de detenção de migrantes (Centros de Internamiento de Extranjeros ou CIEs em espanhol). A campanha consiste num vídeo de atores famosos falando sobre os direitos dos migrantes. Foi lançado a 15 de junho de 2017, designado como o ‘dia para o encerramento de CIEs e o fim das deportações’. Para seguir ou partilhar a campanha, utilize as hashtags seguintes: [#ImaginateCIErre](#) [#CIEsNO](#).

Fonte: [SOS Racismo Madrid](#), 15 de junho de 2017